

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA EXECUTIVA
ASSESSORIA ESPECIAL DE GESTÃO DE PROJETOS

PROJETO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOS SETORES DE ENERGIA E MINERAL

PROJETO META II

Apêndice II - Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

Versão Preliminar
Dezembro de 2019



Banco Mundial

Sumário

1. Introdução/descrição do projeto	3
2. Identificação e análise das partes interessadas.....	4
3. Breve resumo das atividades anteriores de envolvimento das partes interessadas.....	10
3.1 Consulta Pública como ferramenta de participação da Sociedade	12
3.2. Metodologia para Elaboração do PNM 2030.....	14
3.3. Metodologia Utilizada na Elaboração do PDE.....	19
4. Programa de envolvimento das partes interessadas.....	21
4.1. Finalidade e calendário do programa de envolvimento das partes interessadas	21
4.2. Estratégia para a divulgação de informações e consulta com as partes interessadas	21
A. Informação e Envolvimento das Partes Interessadas nas Atividades do Projeto.....	22
B. Consulta às Partes Interessadas sobre os Instrumentos de Gestão de Riscos Ambientais e Sociais do Projeto Meta II	28
4.3. Fases seguintes do projeto	29
5. Recursos e responsabilidades na implementação das atividades de envolvimento das partes interessadas	30
5.1. Recursos	30
5.2. Funções e responsabilidades da direção	30
6. Mecanismo de queixas	30
7. Monitoramento e preparação de relatórios.....	35

Lista de Figuras

Figura 1 - Organograma do Setor de Energia e Entidades vinculadas ao MME.	4
Figura 2 - Tabela (Subprojetos do Primeiro Eixo) com a análise dos possíveis impactos socioambientais.....	5
Figura 3 - Tabela (Subprojetos do Segundo Eixo) com a análise dos possíveis impactos socioambientais	8
Figura 4 - Sítio do MME com as informações e documentos do Projeto.	11
Figura 5 - Sítio do MME com ferramenta para Consulta Pública.....	13
Figura 6 - Objetivos estratégicos PNM 2030.....	18
Figura 7 - Consulta Pública do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2027.....	19
Figura 8 - Todos os Anexos da Consulta Pública disponíveis no sítio do MME.	19
Figura 9 – Registro e Disponibilização das Contribuições da Consulta Pública no sítio do MME.....	20
Figura 10 – Ferramenta de Consulta Pública no sítio eletrônico do Ministério de Minas e Energia.....	28
Figura 11 – Nova Ferramenta de Consulta Pública no sítio eletrônico do MME.	29
Figura 12 – Carta de Serviços ao Cidadão - ANEEL	31
Figura 13 – Informações disponíveis ao público no site da ANM	32
Figura 14 – Ouvidoria-Geral MME	34
Figura 15 – Mecanismos de Queixa	34

1. Introdução/descrição do projeto

A Norma Ambiental e Social 10 (NAS10) trata do Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações, é uma das **Normas Ambientais e Sociais (NAS)** que estabelecem os requisitos a serem cumpridos pelos Mutuários, no que diz respeito à identificação e avaliação de riscos e impactos socioambientais associados com os projetos que o Banco Mundial apoia por meio do Financiamento de Projetos de Investimento. O Banco considera que a aplicação destas normas, voltadas para a identificação e gestão de riscos ambientais e sociais, ajudará os Mutuários na consecução do seu objetivo de reduzir a pobreza e impulsionar a prosperidade de maneira sustentável, de forma a beneficiar o meio ambiente e os seus cidadãos.

As normas ambientais e sociais irão: (a) apoiar os Mutuários no seguimento de boas práticas internacionais relativas à sustentabilidade ambiental e social; (b) ajudar os Mutuários a cumprir as suas obrigações ambientais e sociais, tanto nacionais como internacionais; (c) reforçar a não discriminação, a transparência, a participação, a responsabilização e a boa governança; e, (d) melhorar os resultados dos projetos em termos de desenvolvimento sustentável por meio do envolvimento contínuo das partes interessadas.

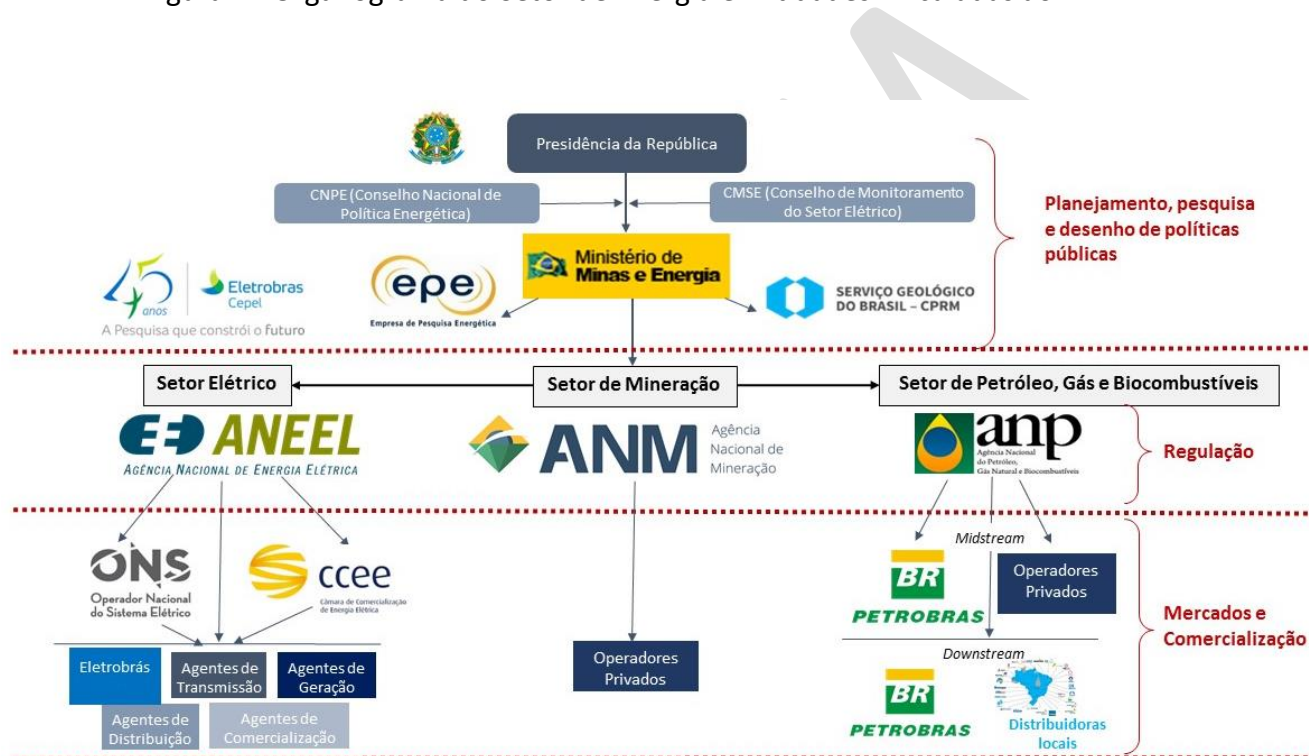
A NAS10, é um dos Eixos do Projeto META II e reconhece a importância de um processo de envolvimento aberto e transparente das partes interessadas e a divulgação das informações, como elemento essencial das boas práticas internacionais. O envolvimento eficaz das partes interessadas pode melhorar a sustentabilidade ambiental e social dos projetos, bem como sua aceitação, e oferecer contribuições significativas para a concepção e implementação eficaz do projeto.

Quando analisados os Subprojetos apresentados no Projeto META II, por se tratar de um Projeto de Assistência Técnica, não se identifica impactos diretos na Sociedade e no Meio Ambiente, alguns estudos/consultorias poderão servir de insumo para revisões de Políticas, Planos, Programas Estratégicos e Marco Regulatório nos Setores de Energia, Mineração e Petróleo e Gás Natural no Brasil, sendo assim, a legislação brasileira já requer um processo de consulta às partes interessadas.

2. Identificação e análise das partes interessadas

Em um sentido restrito as partes interessadas nas atividades de Assistência Técnica (estudos conceituais, trabalhos analíticos e atividades de fortalecimento institucional) previstas no Projeto Meta II são o Ministério de Minas e Energia, as Agências Governamentais e as Agências Reguladoras e demais instituições vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, abaixo a figura com o organograma completo dos Setores de Energia e Mineração do Brasil.

Figura 1 - Organograma do Setor de Energia e Entidades vinculadas ao MME.



Há, porém, outras partes interessadas nos trabalhos analíticos e estudos conceituais que possam levar futuramente à formulação de políticas, programas e planos ou a mudanças nas estratégias de atuação e nos marcos legais dos setores de energia e mineração. Estas partes interessadas envolvem:

- As empresas públicas e privadas de geração, transmissão e distribuição de energia e suas entidades representativas,
- As empresas públicas e privadas que atuam no setor de combustíveis, notadamente, petróleo, gás natural e biocombustíveis, e suas entidades representativas,
- As empresas atuantes no setor mineral, de mineração e transformação mineral, de diferentes portes, e suas entidades representativas;
- Os estados, consórcios e municípios, e suas entidades representativas;
- Grupos sociais específicos como Povos Indígenas, Comunidades Quilombolas e Comunidades Tradicionais, e suas entidades representativas;
- Organizações Não-Governamentais;
- A sociedade em geral.

As atividades de assistência técnica realizadas no âmbito da fase II do Projeto Meta não terão impactos diretos e imediatos na sociedade e no meio ambiente. O Projeto Meta II realizará atividades de assistência técnica em dois eixos. O primeiro eixo compreende as atividades de fortalecimento institucional das agências governamentais e regulamentadoras dos setores de energia e mineração. O segundo eixo contempla as atividades de assistência técnica – realização de trabalhos analíticos e estudos conceituais – que servirão futuramente como insumos para apoiar a formulação ou reformulação de políticas, programas, planos, estratégias ou marcos regulamentadores dos setores de energia elétrica; petróleo, gás natural e biocombustíveis; e, geologia e transformação mineral. Esses processos de formulação ou reformulação não ocorrerão dentro do escopo do projeto.

Conforme analisado no documento, ESTUDO DE CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS “Scoping Paper”, 2 (dois) subprojetos do primeiro eixo, os quais dizem respeito ao fortalecimento da capacidade dos usuários, deverão dar a devida publicidade, tendo em vista que os mesmos poderão ocasionar a alteração de normas, exclusão de procedimentos, entre outras ações que deverão ser repassadas às partes interessadas, a figura abaixo, com a análise dos possíveis impactos socioambientais que identificam o Subprojeto apresentado pela ANM e pela a ANP sobre a modernização do estoque regulatório da Agências Reguladoras.

Figura 2 - Tabela (Subprojetos do Primeiro Eixo) com a análise dos possíveis impactos socioambientais.

#	Coexecutor	Subprojeto/Atividade	ESS 1	ESS 2	ESS 3	ESS 4	ESS 5	ESS 6	ESS 7	ESS 8	ESS 9	ESS 10
1	AEGE/MME	Supervisão ministerial e governança corporativa de estatais										
2	ANEEL	Solução tecnológica para armazenamento das informações										
3	ANEEL	Transformação digital para melhoria da maturidade analítica										
4	ANM	Aprimoramento da fiscalização, análise de relatórios de pesquisa e monitoramento de atividades minerárias										
5	ANM	Modernização da infraestrutura tecnológica e aprimoramento da Segurança da Informação										
6	ANM	Modernização do estoque regulatório - ANM										
7	ANP	Metodologia de análise de resultado regulatório										
8	ANP	Modernização de informações sobre a comercialização varejista de combustíveis automotivos e de GLP										
10	ANP	Modernização do estoque regulatório - ANP										
11	CCEE	Modernização dos sistemas de contabilização e liquidação do setor elétrico Brasileiro - Módulos on-line do sistema										
12	CCEE	Modernização dos sistemas de contabilização e liquidação do setor elétrico Brasileiro - Motor de Cálculo do Sistema										
13	CCEE	Modernização dos sistemas de contabilização e liquidação do setor elétrico Brasileiro - Arquitetura de Referência										
15	CPRM	Ampliação da base laboratorial do Serviço Geológico do Brasil										
22	ONS	Metodologia para avaliação dos custos da operação do SIN com análise dos impactos em tempo real e pós operação										
23	ONS	Estudo para a identificação de causalidade das mudanças climáticas na operação do SIN										
30	SGM/MME	Observatório Nacional de Mineração - banco de dados do setor mineral										
31	SGM/MME	Subsídios à estruturação do “Observatório da Mineração” e da área economia mineral										
37	SPOA/MME	Capacitação de instituições para solução de problemas de negócio (MME, ANEEL, CCEE, EPE e ONS)										

Classificação de risco:

- Verde – Risco Baixo;
- Amarelo – Risco Moderado;
- Marrom – Risco Substancial; e

- Vermelho – Risco Alto.

De forma sintética, se identificam nos quadros a seguir as partes interessadas em cada uma das atividades de assistência técnica que serão apoiadas sob esse primeiro eixo.

1. Eixo de Atividades de Fortalecimento Institucional

Coexecutor	Subprojeto/Atividade	Identificação das Partes Interessadas
AEGE/MME	Supervisão ministerial e governança corporativa de estatais	MME
ANEEL	Solução tecnológica para armazenamento das informações	ANEEL
ANEEL	Transformação digital para melhoria da maturidade analítica	ANEEL
ANM	Aprimoramento da fiscalização, análise de relatórios de pesquisa e monitoramento de atividades minerárias	ANM, Defesa Civil, Bombeiros, Secretarias de Meio Ambiente, entre outros
ANM	Modernização da infraestrutura tecnológica e aprimoramento da Segurança da Informação	ANM
ANM	Modernização do estoque regulatório - ANM	Empresas do Setor de Mineração
ANP	Metodologia de análise de resultado regulatório	ANP
ANP	Modernização de informações sobre a comercialização varejista de combustíveis automotivos e de GLP	ANP
ANP	Modernização do estoque regulatório - ANP	Empresas do Setor de Petróleo e Gás
CCEE	Modernização dos sistemas de contabilização e liquidação do setor elétrico Brasileiro - Módulos on-line do sistema	CCEE
CCEE	Modernização dos sistemas de contabilização e liquidação do setor elétrico Brasileiro - Motor de Cálculo do Sistema	CCEE

Coexecutor	Subprojeto/Atividade	Identificação das Partes Interessadas
CCEE	Modernização dos sistemas de contabilização e liquidação do setor elétrico Brasileiro - Arquitetura de Referência	CCEE
CPRM	Ampliação da base laboratorial do Serviço Geológico do Brasil	CPRM
ONS	Metodologia para avaliação dos custos da operação do SIN com análise dos impactos em tempo real e pós operação	ONS
ONS	Estudo para a identificação de causalidade das mudanças climáticas na operação do SIN	ONS, INPE, MMA, MCTIC, entre outros
SGM/MME	Observatório Nacional de Mineração - banco de dados do setor mineral	SGM
SGM/MME	Subsídios à estruturação do “Observatório da Mineração” e da área de economia mineral	SGM, empresas do setor, IPEA, entre outros
SPOA/MME	Capacitação de instituições para solução de problemas de negócio (MME, ANEEL, CCEE, EPE e ONS)	Servidores do Ministério e das instituições vinculadas

Quando foram analisados, no **“Scoping Paper”**, os Subprojetos do segundo eixo, os quais dizem respeito a iniciativas relacionadas à formulação de políticas, programas, planos, estratégias, marcos jurídicos e regulatórios, 13 (treze) subprojetos, necessitam de um cuidado um pouco mais apurado em relação às questões de engajamento das partes interessadas e divulgação de informações.

Figura 3 - Tabela (Subprojetos do Segundo Eixo) com a análise dos possíveis impactos socioambientais

#	Coexecutor	Subprojeto/Atividade	ESS 1	ESS 2	ESS 3	ESS 4	ESS 5	ESS 6	ESS 7	ESS 8	ESS 9	ESS 10
9	ANP	Mecanismos de promoção da competitividade no Mercado de Gás Natural no Brasil										
14	CCEE	Estudo sobre a formação de preço										
16	EPE	Avaliação de estocagem subterrânea de gás natural no Brasil										
17	EPE	Aperfeiçoamentos da metodologia do cálculo de sinal locacional de transmissão										
18	EPE	Estudo de desenho de mercado e “sistemática” de leilão										
19	EPE	Avaliação da frota de veículos Leves nos domicílios brasileiros										
20	EPE	Estudos de planejamento da infraestrutura do abastecimento de combustíveis										
21	EPE	Estudo sobre consumo de lenha e carvão vegetal no setor residencial										
24	ONS	Estudo de variáveis influentes e desenvolvimento de modelo de previsão de fonte solar										
25	SEE/MME	Avaliação da inserção de veículos elétricos na Matriz de Energia Elétrica Nacional										
26	SEE/MME	Política pública para a geração distribuída										
27	SGM/MME	Estudo da inserção tecnológica para aprimoramento produtivo das pequenas e médias empresas de										
28	SGM/MME	Consultoria para preparar a municipalidade para a diversificação da matriz econômica - atividade extrativa										
29	SGM/MME	Estudo para identificar cadeia produtiva mineral com maior oportunidades para aproveitamento de resíduos										
32	SGM/MME	Reaproveitamento de resíduos de equipamentos eletroeletrônicos										
33	SGM/MME	Revisão do Plano Nacional de Mineração - PNM 2050										
34	SPE/MME	Estudo sobre mudanças climáticas e mapeamento das ameaças ao SIN										
35	SPE/MME	Atributos das fontes de geração de energia no ambiente de contratação regulado										
36	SPE/MME	Procedimentos para a elaboração do Balanço de Energia Útil										

Classificação de risco:

- Verde – Risco Baixo;
- Amarelo – Risco Moderado;
- Marrom – Risco Substancial; e
- Vermelho – Risco Alto.

De forma sintética, se identificam nos quadros a seguir as partes interessadas em cada uma das atividades de assistência técnica que serão apoiadas sob esse segundo eixo.

2. Eixo de atividades relacionadas a estudos conceituais e trabalhos analíticos que podem vir a influenciar posteriormente a revisão de políticas, planos, programas e o marco regulatório dos setores de energia e mineração:

Coexecutor	Subprojeto/Atividade	Identificação das Partes Interessadas
ANP	Mecanismos de promoção da competitividade no Mercado de Gás Natural no Brasil	Agentes do Setor de Gás Natural
CCEE	Estudo sobre a formação de preço	Agentes de Geração, Agentes de Transmissão, Agentes de Distribuição, Agentes de Comercialização, entre outros
EPE	Avaliação de estocagem subterrânea de gás natural no Brasil	Agentes do Setor de Gás Natural, comunidades locais, ONGs, Defesa Civil, Exército, Marinha, Ibama, ICMBio, MCTIC, entre outros
EPE	Aperfeiçoamentos da metodologia do cálculo de sinal locacional de transmissão	Agentes de Geração, Agentes de Transmissão, Agentes de Distribuição, Agentes de Comercialização, entre outros
EPE	Estudo de desenho de mercado e “sistemática” de leilão	Agentes de Geração, Agentes de Transmissão, Agentes de Distribuição, Agentes de Comercialização, entre outros
EPE	Avaliação da frota de veículos Leves nos domicílios brasileiros	Fortalecimento da capacidade da EPE, IPEA, entre outros
EPE	Estudos de planejamento da infraestrutura do abastecimento de combustíveis	Distribuidoras locais, Operadores Privados, entre outros
EPE	Estudo sobre consumo de lenha e carvão vegetal no setor residencial	EPE, IBAMA, Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo - MAPA, EMBRAPA, FETRAF, IBÁ, associações como ABRAF, entre outros
ONS	Estudo de variáveis influentes e desenvolvimento de modelo de previsão de fonte solar	ONS, ABSOLAR, entre outros
SEE/MME	Avaliação da inserção de veículos elétricos na Matriz de Energia Elétrica Nacional	MME, EPE, MMA, entre outros
SEE/MME	Política pública para a geração distribuída	Agentes de Distribuição

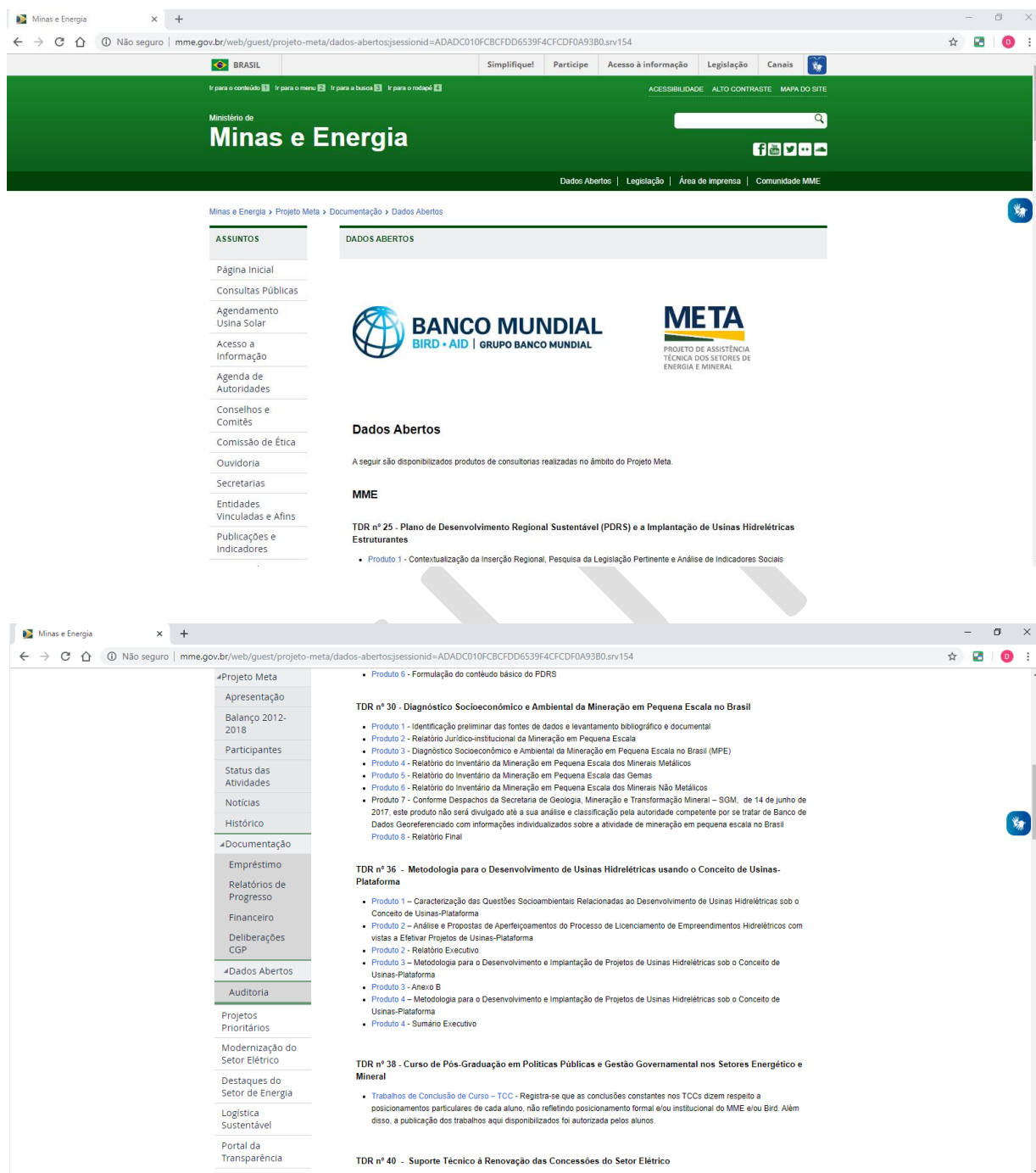
Coexecutor	Subprojeto/Atividade	Identificação das Partes Interessadas
SGM/MME	Estudo da inserção tecnológica para aprimoramento produtivo das pequenas e médias empresas de mineração	MME, Ibama, ICMBio, Funai, Exército, entre outros
SGM/MME	Consultoria para preparar a municipalidade para a diversificação da matriz econômica - atividade extrativa-mineral	Municípios estudados, Comunidades locais, Ibama, Defesa Civil, OEMA, ICMBio (se houver UC federal no Município), entre outros
SGM/MME	Estudo para identificar cadeia produtiva mineral com maiores oportunidades para aproveitamento de resíduos da mineração	Municípios estudados, Comunidades locais, IBAMA, Defesa Civil, OEMA, entre outros
SGM/MME	Reaproveitamento de resíduos de equipamentos eletroeletrônicos	Municípios estudados, comunidades locais, entre outros
SGM/MME	Revisão do Plano Nacional de Mineração - PNM 2050	Agentes do Setor de Mineração, ANM, Municípios, comunidades locais, entre outros
SPE/MME	Estudo sobre mudanças climáticas e mapeamento das ameaças ao SIN	MME
SPE/MME	Atributos das fontes de geração de energia no ambiente de contratação regulado	Agentes de Geração, Agentes de Comercialização, entre outros
SPE/MME	Procedimentos para a elaboração do Balanço de Energia Útil	Agentes de Geração, Agentes de Comercialização, entre outros

Observamos que alguns dos estudos que estão sendo propostos já foram de alguma forma estudados pelas áreas demandantes, porém, devido a relevância do tema, necessitam de um maior aprofundamento. No caso do subprojeto, “Avaliação de estocagem subterrânea de gás natural no Brasil”, já existe uma Nota Técnica “ Estocagem Subterrânea de Gás Natural – Aspectos Gerais, Regulatórios, Estimativa de Custos e Simulação” divulgada no sítio da EPE que fala inclusive sobre os aspectos ambientais para uma instalação de ESGN. (<http://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/estocagem-subterranea-de-gas-natural-aspectos-gerais-regulatorios-estimativa-de-custos-e-simulacao>).

3. Breve resumo das atividades anteriores de envolvimento das partes interessadas

Como realizado durante o Projeto Meta I, todas as atividades de Assistência Técnica apoiadas pelo Projeto Meta II e seus produtos serão publicamente divulgadas através da página oficial do Projeto no sítio eletrônico oficial do Ministério de Minas e Energia, conforme ilustrado na figura abaixo:

Figura 4 - Sítio do MME com as informações e documentos do Projeto.



Os Termos de Referência a serem elaborados para a contratação de cada um dos estudos conceituais e trabalhos analíticos que possam levar futuramente à formulação de políticas, programas e planos ou a mudanças nas estratégias de atuação e nos marcos legais dos setores de energia e mineração incorporarão diretrizes para a consulta com as partes interessadas em seus produtos e resultados, buscando (i) mapear todas as partes interessadas, (ii) identificar suas características, (iii) atender as necessidades especiais (por exemplo, meios de notificação preferidos, condições de acessibilidade, protocolos e metodologias culturalmente adequados), que são

requeridas para sua participação livre, informada e efetiva no processo de consulta sobre os produtos dos estudos conceituais e trabalhos analíticos. Os Termos de Referência dessas atividades também incorporarão diretrizes sobre a incorporação e devolução das contribuições coligidas durante o processo de consulta.

Os estudos conceituais e trabalhos analíticos com esse potencial de posteriormente à sua conclusão induzirem ou serem utilizados para promoverem alterações em políticas, estratégias e marcos regulatórios dos setores de energia e mineração foram pré-identificados.

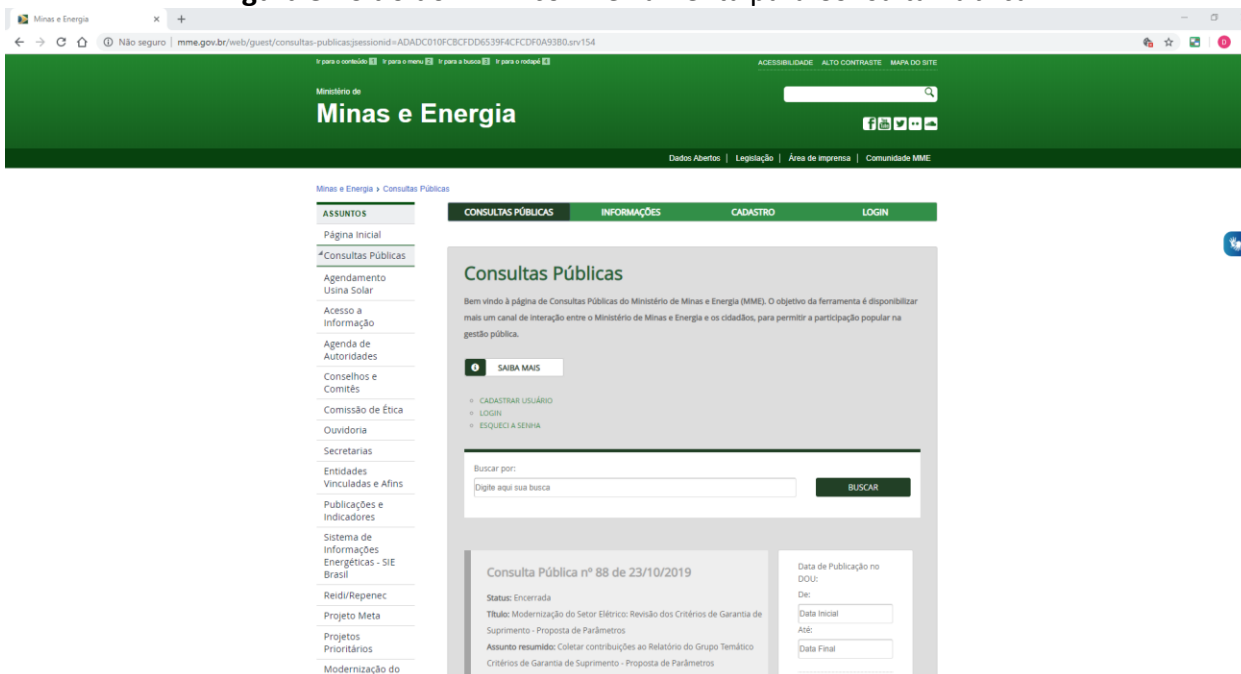
Esse processo de consulta com as partes interessadas nos casos de mudanças nas políticas, estratégias e marcos regulatórios dos setores de energia e mineração já são um requisito legal no Brasil.

3.1 Consulta Pública como ferramenta de participação da Sociedade

A Consulta Pública é um mecanismo de transparência que pode ser utilizado pela Administração Pública para obter informações, opiniões e críticas da sociedade a respeito de determinado tema. Esse mecanismo tem como objetivo incentivar a participação da população nas questões de interesse coletivo, ampliar a discussão sobre o assunto e embasar as decisões sobre formulação e definição de políticas públicas. A Lei nº 9.784 de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, no artigo 31, diz que quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada e destaca também que a participação na consulta pública é aberta não apenas aos interessados, mas a qualquer terceiro que queira dela participar.

No âmbito do Ministério de Minas e Energia existe uma ferramenta específica com a finalidade de disponibilizar mais um canal de interação com os cidadãos, para permitir a participação popular na gestão pública, onde o usuário pode se cadastrar e ter acesso a diversas consultas disponíveis, conforme figura abaixo.

Figura 5 - Sítio do MME com ferramenta para Consulta Pública.



No ano de 2019, até o mês de novembro, foram realizadas 23 Consultas Públicas no sítio do MME, sobre os mais variados assuntos, conforme exemplos a seguir:

- Sobre a Modernização do Setor Elétrico: Revisão dos Critérios de Garantia de Suprimento - Proposta de Parâmetros, com o objetivo de coletar contribuições ao Relatório do Grupo Temático Critérios de Garantia de Suprimento - Proposta de Parâmetros.
- Sobre o Plano Decenal de Expansão de Energia 2029 (PDE 2029), com o objetivo de coletar Contribuições para aprimoramento da proposta do Plano Decenal de Expansão de Energia 2029 (PDE 2029).
- Para dar publicidade aos limites de DECI e FECI a serem considerados no caso da prorrogação do prazo da concessão da Energisa Tocantins.
- Sobre a Revisão da Garantia Física de Energia de Usinas Despachadas Centralizadamente: contribuições sobre medidas de curto prazo, bem como cronograma de execução, voltadas à realização da revisão das garantias físicas de energia de usinas despachadas centralizadamente.
- Sobre as Diretrizes para exportação de energia elétrica a países vizinhos com a Minuta de Portaria que estabelece diretrizes para exportação de energia elétrica interruptível sem devolução, destinada à Argentina e ao Uruguai, proveniente de fontes termelétricas.
- Sobre a Modernização do Setor Elétrico: "Relatório de Apoio ao Workshop de Lastro e Energia", com o objetivo de coletar contribuições ao relatório de apoio ao Workshop Lastro e Energia, ocorrido no dia 21/08/2019, no âmbito grupo de trabalho de Modernização do Setor Elétrico.

- Sobre a Atualização dos Valores de Referência de Indisponibilidade Forçada - TEIF e Indisponibilidade Programada - IP de Usinas Hidrelétricas, com a Minuta de Portaria com o objetivo de propor novos Valores de TEIF e IP de Usinas Hidrelétricas.
- Para obter Subsídio para a elaboração, pelo Grupo Coordenador de Conservação de Energia Elétrica - GCCE, do Terceiro Plano de Aplicação de Recursos do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - 3º PAR Procel.
- Para coletar contribuições ao Relatório do Grupo Temático Critérios de Garantia de Suprimento. Destaca-se que as contribuições recebidas anteriormente serão consideradas nesta Consulta Pública, podendo ser modificadas ou complementadas pelos seus autores.
- Sobre a minuta de Portaria que estabelece as Diretrizes para o Leilão de Energia Existente "A-4", a ser realizado em 2020.
- Sobre a Proposta de orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE do Programa "LUZ PARA TODOS", para o ano de 2020.
- Sobre a Proposta de Portaria que visa alterar a Portaria 514/2018 - regulamentação do § 3º do artigo 15 da Lei nº 9.074/1995, que amplia as possibilidades de livre contratação de energia elétrica por parte dos consumidores.
- Sobre proposta de representação obrigatória de direitos e obrigações por Comercializador Varejista, quando da migração do consumidor para o Ambiente de Contratação Livre – ACL.
- Sobre discussão da sistemática a ser aplicada ao Leilão de Energia Nova A-6/2019, em especial aprimoramentos referentes à contratação dos "empreendimentos marginais" e regra de rateio da sobrecontratação.
- Sobre a Documentação técnica GT Metodologia da CPAMP (ciclo 2018-2019): Mecanismos de Aversão ao Risco: CVaR + VminOp; Variabilidade Amostral; Volatilidade do CMO; Representação Hidrológica (Geração de Cenários).
- Sobre a portaria de Acordo de operações unificadas que deverá ser celebrado entre a Cessionária e os Contratados nas áreas de Atapu, Búzios, Itapu e Sépia, conforme art. 2º, § 1º, da Resolução CNPE nº 2, de 28.02.2019.
- Sobre os Procedimentos e metodologia a serem empregados pelo Ministério de Minas e Energia na revisão e cálculo dos montantes de garantia física de energia de usinas solares fotovoltaicas.
- Sobre a documentação técnica do GT Metodologia da CPAMP, que trata do Modelo DESSEM, com foco na adoção operacional do modelo e formação do Preço da Liquidação das Diferenças - PLD horário (Preço Horário).
- Sobre o RenovaBio - Metas Nacionais de Descarbonização da Matriz de Combustíveis - Ciclo 2020-2029, no âmbito da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio).

3.2. Metodologia para Elaboração do PNM 2030

Tendo em vista as características particulares do subprojeto de Revisão do Plano Nacional de Mineração - PNM 2030, ou seja, o PNM 2050, vale destacar a metodologia participativa adotada para elaboração do PNM 2030.

A metodologia para a elaboração do Plano 2030 envolveu várias etapas de um processo rico em aprendizagem, tanto em termos de acesso a diagnósticos produzidos por estudos contratados ou elaborados pelo MME, como pelo conteúdo dos debates e da troca de experiências durante a realização das oficinas temáticas e de cenários. Esse processo foi complementado com as contribuições recolhidas durante a consulta pública de 10 de novembro a 9 de dezembro de 2010. O processo de construção do PNM-2030 pode ser sintetizado em seis etapas:

- Estudos técnicos elaborados por consultoria especializada a partir de concorrência internacional, promovida pelo Projeto Estal, cooperação do MME com o Banco Mundial. Os Estudos para Elaboração do Plano 2010/2030 de Geologia, Mineração e Transformação Mineral foram contratados e executados em 2009. Os 84 relatórios técnicos constituem uma radiografia da indústria mineral brasileira, contemplando as áreas de economia mineral, geologia, mineração e transformação mineral. Tais estudos incluem projeções de demanda e investimentos para um conjunto de 58 minerais e produtos da transformação mineral bem como indicadores de produtividade, de consumo de água e energia, de emissão de CO₂, de geração de resíduos e de tratamento de efluentes. Abrangem, ainda, estudos específicos sobre a América do Sul e o Nordeste, bem como sobre P, D & I, reciclagem de metais e fluxo de materiais, entre outros. Esses estudos técnicos revelaram o “estado da arte” dos temas tratados;
- Oficinas temáticas com a presença de representantes dos diversos segmentos sociais e econômicos da indústria mineral brasileira. As oficinas contaram com 400 participações, incluindo representantes de entidades e empresários do setor mineral, trabalhadores, gestores públicos de estados e municípios, mineradores, profissionais da área técnico-científica, professores universitários e participantes de ONGs. O processo foi participativo e durante o período de elaboração do Plano houve possibilidade de recebimento de comentários e sugestões;
- Oficina especial sobre cenários para prospecção dos próximos 20 anos e identificação das variáveis “portadoras de futuro”, ou condicionantes responsáveis pela configuração do setor mineral e as “incertezas críticas” para a construção dos cenários prováveis ou alternativos. A importância de cenarizar está na possibilidade de pensar o futuro de forma estratégica. A antecipação das tendências e o confronto das várias possibilidades de futuro permitem a realização de escolhas, necessárias para efetivar ações, principalmente quando se pretende mudar a trajetória rumo a uma visão de futuro mais positiva;
- Análise dos resultados das políticas implementadas pelo MME ou que contaram com a sua participação. Destacam-se a seguir os principais estudos, projetos e planos que contribuíram para o desenvolvimento da política mineral nos últimos anos, e que servem de fundamento para o presente Plano:

- Planos Plurianuais (PPA) – 2004/2007 e 2008/2011: incluem três programas vinculados à SGM, ao DNPM e à CPRM. A discussão desses programas, ações e projetos permitiu a articulação das políticas setoriais;
 - Projeto Piloto de Investimentos (PPI) – 2005/2007: alguns projetos sob a responsabilidade da CPRM foram incluídos na consolidação da política de infraestrutura do País;
 - Programa de Aceleração do Crescimento 1 – PAC 1 (2008/2010): o entendimento de que o conhecimento geológico do território nacional é fundamental para a infraestrutura do País, já considerado no PPI, se consolidou a partir de 2008, quando parcela significativa das ações de levantamento aerogeofísico, mapeamento geológico, hidrogeológico e geoquímico da CPRM foi inserida no PAC;
 - Programa de Aceleração do Crescimento 2 - PAC 2 (2011/2014): contempla as ações da CPRM nas atividades de levantamentos geológicos, laboratórios de análises minerais, gestão da informação geológica, levantamentos aerogeofísicos, levantamentos hidrogeológicos, levantamentos geoquímicos e levantamento da geodiversidade;
 - Plano Amazônia Sustentável (2005/2008): a SGM/MME participou ativamente das discussões sobre as políticas e ações do Plano no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e da Secretaria de Assuntos Estratégicos;
 - Novo Modelo Institucional e Regulatório da Mineração Brasileira: estudos realizados por consultorias e realização de seminários para elaboração do Projeto de Lei - PL que prevê a criação do Conselho Nacional de Política Mineral e a outorga dos bens minerais e do PL que propõe a criação da Agência Nacional de Mineração;
 - Planos Nacionais de Energia: Plano Nacional de Energia 2030 (MME/EPE, 2007) e Plano Decenal de Expansão de Energia 2019 (MME/EPE, 2010);
 - Plano Brasil 2022: coordenado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, a SGM/MME participou com a proposição de metas e ações para o setor mineral até o ano de 2022; e
 - Política de Desenvolvimento Produtivo: criada em 2008, na qual a SGM/MME coordenava o Comitê de Mineração, que era um dos 32 comitês que constituem a política industrial brasileira;
- Consulta pública do documento-base no período de 10 de novembro a 9 de dezembro de 2010, os interessados puderam apresentar críticas e sugestões, que muito contribuiu para o aprimoramento do Plano, além das oficinas temáticas que contaram com cerca de 400 participações, com a presença de representantes dos diversos segmentos sociais e econômicos da indústria mineral brasileira, incluindo representantes de entidades e empresários do setor mineral, trabalhadores, gestores públicos de estados e municípios, mineradores, profissionais da área técnico-científica, professores universitários e participantes de ONGs.
 - Lançamento do Plano Nacional de Mineração – 2030 e sua publicação por Portaria do MME.

Com isso, verifica-se que tal planejamento levou em consideração a participação ativa da sociedade civil em geral, após um amplo processo de discussão com os entes do setor e a implementação de

consulta pública para recolhimento de críticas e sugestões que viera para enriquecer o planejamento do setor mineral.

No Brasil, o setor mineral, que compreende as etapas de geologia, mineração e transformação mineral, é a base para diversas cadeias produtivas. Participa com 4,2% do PIB e 20% do total das exportações brasileiras, gerando um milhão de empregos diretos, o equivalente a 8% dos empregos da indústria. O País destaca-se internacionalmente como produtor de nióbio, minério de ferro, bauxita, manganês e vários outros bens minerais.

No processo de elaboração de cenários e definição da visão de futuro até 2030, foi selecionada uma perspectiva integrada do setor mineral, que destaca a importância da agregação de valor e da melhor distribuição dos benefícios que as cadeias produtivas do setor possibilitam. Denominado “na Trilha da Sustentabilidade”, esse cenário prevê que a economia brasileira deverá crescer, em média, 5,1% ao ano e a economia mundial, 3,8%. Coerente com a visão de futuro, o Plano Nacional de Mineração - 2030 está fundamentado em três diretrizes:

- Governança pública eficaz para promover o uso dos bens minerais extraídos no País, no interesse nacional;
- Agregação de valor e adensamento de conhecimento em todas as etapas do setor mineral; e,
- Sustentabilidade em todas as etapas da cadeia produtiva mineral.

Para contribuir na construção do cenário escolhido, foram propostos 11 objetivos estratégicos, agrupados em três conjuntos, conforme Figura 6. O primeiro depende fortemente do MME e tem grande poder de induzir os demais objetivos; o segundo requer ampla articulação governamental com o setor privado e com a sociedade civil; e o terceiro exige articulação governamental com forte participação do setor privado e da sociedade civil e é, em boa parte, resultante dos objetivos anteriores.

Figura 6 - Objetivos estratégicos PNM 2030



Os bens minerais formam a base do padrão de consumo e da qualidade de vida da sociedade moderna. O País é um importante produtor mundial de minérios, mas seu consumo per capita encontra-se entre 15% e 30% dos países que já lograram atingir níveis mais elevados de desenvolvimento. Essa assimetria se reproduz internamente, com o baixo consumo nas regiões Norte e Nordeste, em relação às demais regiões. O PNM 2030 serve como referência para o planejamento do setor mineral, integrado às políticas ambientais e industriais, com o objetivo comum de promover o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Cabe destacar que o processo utilizado para a elaboração do PNM 2030, servirá de referência para o subprojeto de Revisão do Plano Nacional de Mineração - PNM 2050, além disso, deverão ser ouvidas entidades representativas de povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, órgão como o Ministério do Meio Ambiente, FUNAI, Fundação Palmares, Iphan e Organizações não Governamentais, ou seja, o plano deverá na medida do possível, garantir uma ampla participação social, sobretudo naquelas comunidades mais vulneráveis. Evidente que por se tratar de uma Plano Nacional de Mineração, por si só, não implica em nenhuma reforma legislativa que possa afetar os direitos dos grupos vulneráveis, para tal reforma, seria necessária uma alteração constitucional.

Para acessar toda a documentação referente ao Plano Nacional de Mineração 2030, ([CLIQUE AQUI](#)).

3.3. Metodologia Utilizada na Elaboração do PDE

Outro exemplo relevante das práticas de engajamento das partes interessadas que são seguidas pelo Ministério das Minas e Energia é o processo de consulta pública do Plano Decenal de Expansão de Energia, o PDE – 2027, iniciado em novembro de 2018 com ampla participação da sociedade e diversas instituições, conforme é possível verificar nas figuras abaixo:

Figura 7 - Consulta Pública do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2027.



Figura 8 - Todos os Anexos da Consulta Pública disponíveis no sítio do MME.

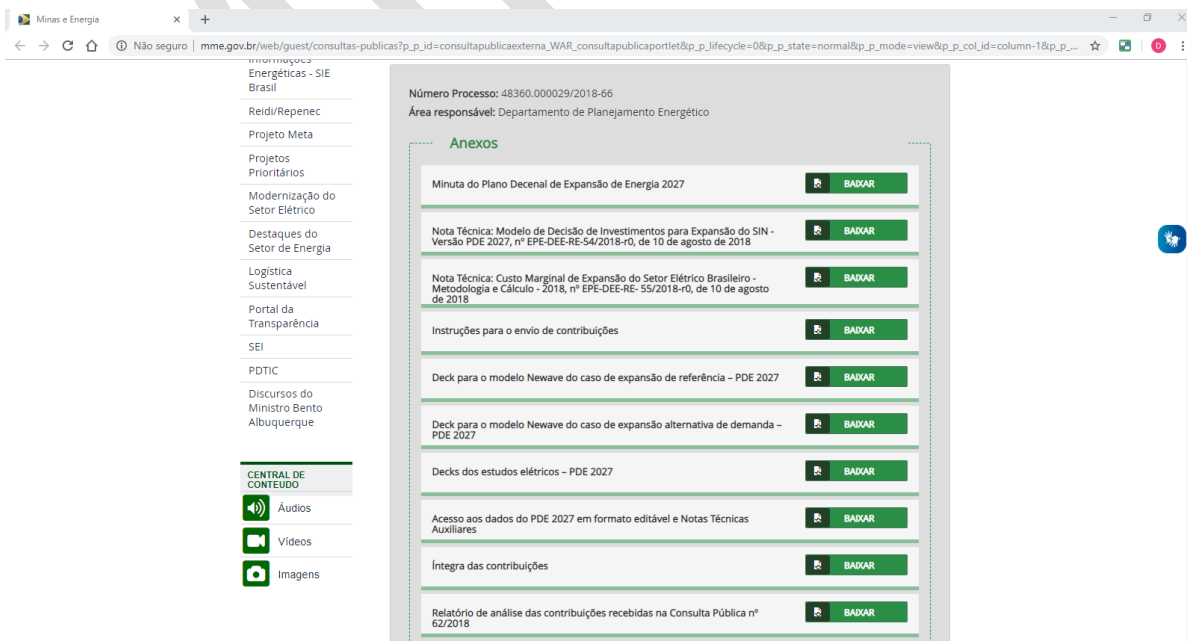
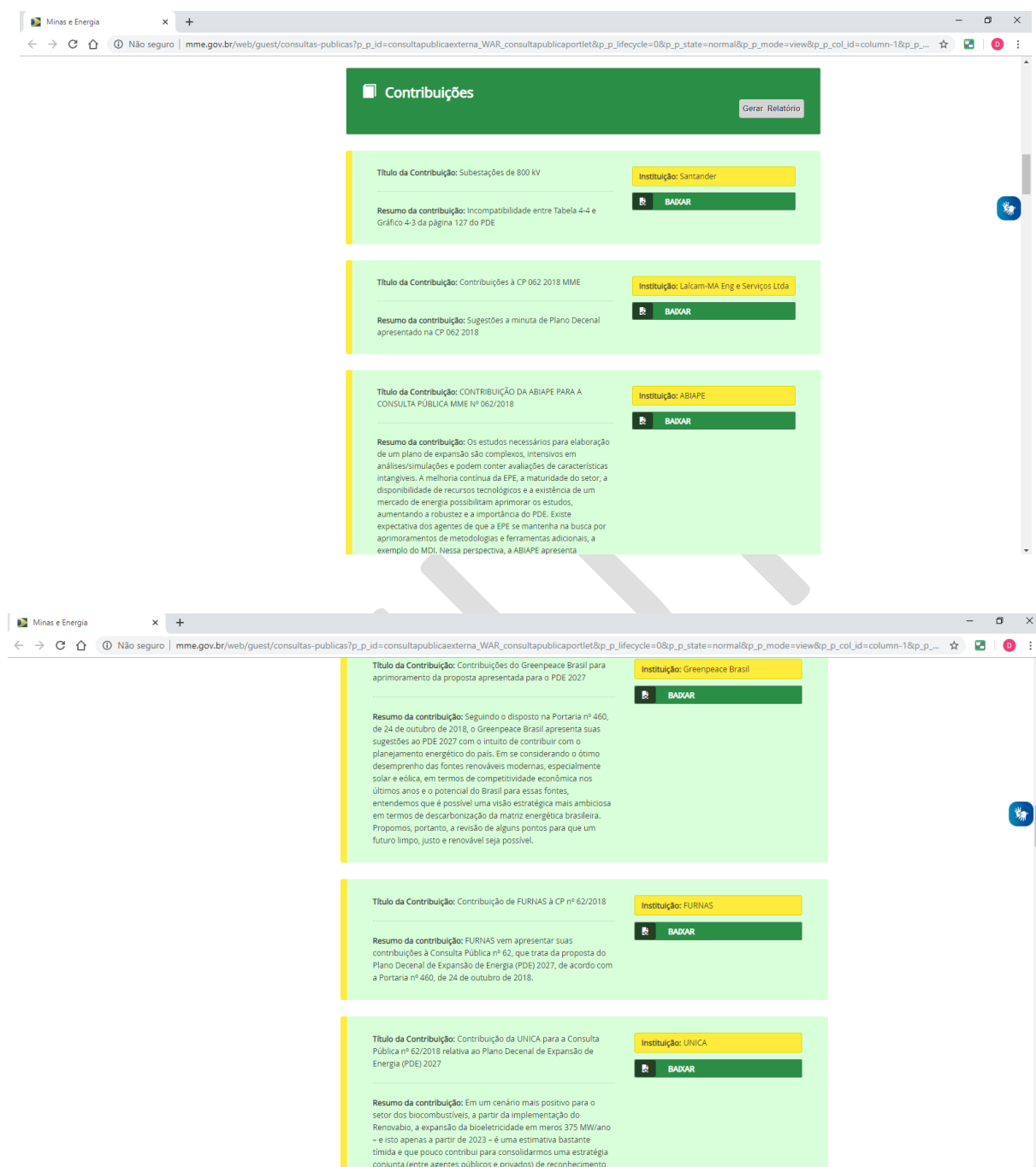


Figura 9 – Registro e Disponibilização das Contribuições da Consulta Pública no sítio do MME.



Diversas associações e empresas contribuíram com a consulta, a Associação Brasileira do Carvão Mineral (ABCM), Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEÓLICA), Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia (ABIAPÉ), Associação Brasileira de Biogás e de Biometano (ABiogás), Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás (ABPIP), Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (ABRACE), Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (ABRAGEL), Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (ABRAGET), Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR),

Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), Centro Internacional de Energias Renováveis – Biogás (CIBiogás), Associação da Indústria de Cogeração de Energia (COGEN), CPFL Energia, Câmara Setorial de Energias Renováveis (CSRenováveis/CE), Enel Brasil, Eneva, Furnas, General Electric do Brasil (GE), Greenpeace Brasil, Lalcam-MA Engenharia e Serviços, Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), Santander, SPIC Brasil, União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA).

Todas as contribuições foram registradas e disponibilizadas no sítio do MME. Elas foram consolidadas em um documento com 152 páginas, que está público para consulta. Após a consulta, foi elaborado um relatório com a análise das contribuições, só então o PDE 2027 foi aprovado pela Portaria nº 520, de 27 de dezembro de 2018. Para acessar toda a documentação referente ao PDE 2027 ([CLIQUE AQUI](#)).

4. Programa de envolvimento das partes interessadas

4.1. Finalidade e calendário do programa de envolvimento das partes interessadas

O programa de envolvimento das partes interessadas tem três objetivos complementares:

- Assegurar que as partes interessadas tenham acesso a informações sobre todas as atividades que serão apoiadas pelo Projeto Meta II e seus produtos;
- Assegurar que os estudos conceituais e trabalhos analíticos que possam vir a servir como insumos para posteriores formulações ou reformulações de políticas, planos, programas, estratégias e marco regulatório dos setores de energia e mineração promovam, de forma proporcional, o envolvimento das partes interessadas pertinentes em seu processo de elaboração e
- Assegurar que os instrumentos de gestão de riscos e impactos ambientais e sociais do Projeto Meta II sejam levados a e permaneçam disponíveis ao conhecimento público, consultados de forma proporcional aos impactos diretos que o Projeto tem no ambiente e sociedade, incorporem as contribuições recebidas através desse processo de consulta.

4.2. Estratégia para a divulgação de informações e consulta com as partes interessadas

Conforme verificado anteriormente, as informações serão divulgadas às partes interessadas, sobretudo via Website, porém os métodos usados podem variar de acordo com o público-alvo. Podem-se utilizar, por exemplo:

- Jornais, cartazes, rádio, televisão;
- Centros de informação e exposições ou outros meios de exibição visual;
- Livretos, folhetos, cartazes, documentos de síntese e relatórios não técnicos;
- Correspondência oficial, reuniões;
- Redes sociais.

Para consultar cada um dos grupos de partes interessadas, assim como foi feito no Plano Nacional de Mineração 2030 e no Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2027, diversos métodos podem ser usados de acordo com o público-alvo. Por exemplo:

- Entrevistas com partes interessadas e organizações pertinentes;
- Levantamentos, pesquisas e questionários;
- Reuniões públicas, workshops e/ou grupos de discussão sobre temas específicos;
- Métodos participativos;
- Outros mecanismos tradicionais de consulta e tomada de decisões.

Conforme feito em consultas anteriores, o canal oficial de consultas públicas do Ministério de Minas e Energia (acima apresentado) será sempre utilizado. Todos os documentos necessários à realização de uma consulta ampla, livre e informada serão disponibilizados. Todas as contribuições recebidas serão registradas e disponibilizadas ao público.

Após recebidas todas as contribuições pelos diversos métodos, inclusive dos grupos vulneráveis ou desfavorecidos, será produzido um relatório de análise das contribuições recebidas, com o intuito de capturar todas as contribuições e verificar se é pertinente a sua utilização nos projetos. Todas as contribuições recebidas serão consolidadas num documento que também será disponibilizado eletronicamente ao público no sítio do Ministério das Minas e Energia.

O Projeto Meta II tem o compromisso de informar as partes interessadas sobre a decisão final e apresentar um resumo de como os comentários foram levados em consideração, conforme feito em consultas anteriores, com a possibilidade de haver mecanismos separados para consultas e queixas, a elaboração de medidas para permitir o acesso aos benefícios do projeto, etc.

A. Informação e Envolvimento das Partes Interessadas nas Atividades do Projeto

O Projeto Meta II apoiará atividades de assistência técnica em dois eixos. O primeiro eixo compreende as atividades de fortalecimento institucional das agências governamentais e regulamentadoras dos setores de energia e mineração. O segundo compreende atividades de assistência técnica – realização de trabalhos analíticos e estudos conceituais – que servirão futuramente como insumos para apoiar a formulação ou reformulação de políticas, programas, plano, estratégias ou marcos regulamentadores dos dois setores. Esse processo de formulação ou reformulação não ocorrerá dentro do escopo do projeto.

Levando em consideração o objeto das atividades de assistência técnica a serem apoiadas pelo Projeto META II, uma avaliação inicial identificou necessidades distintas em relação ao engajamento com partes interessadas das atividades previstas sob cada um desses dois eixos. Essas necessidades são definidas para cada uma das atividades de assistência técnica previstas no escopo do projeto de uma forma sintética nos quadros apresentados a seguir.

Eixo de Atividades de Fortalecimento Institucional:

As atividades de assistência técnica previstas sob este eixo interessam mais diretamente as agências governamentais e reguladoras proponentes.

Coexecutor	Subprojeto/Atividade	Ações Requeridas para Engajamento com as Partes Interessadas
AEGE/MME	Supervisão ministerial e governança corporativa de estatais	Divulgação da atividade no sítio eletrônico do Projeto
ANEEL	Solução tecnológica para armazenamento das informações	Divulgação da atividade e de seus produtos no sítio eletrônico do Projeto
ANEEL	Transformação digital para melhoria da maturidade analítica	Divulgação da atividade no sítio eletrônico do Projeto
ANM	Aprimoramento da fiscalização, análise de relatórios de pesquisa e monitoramento de atividades minerárias	Divulgação da atividade no sítio eletrônico do Projeto
ANM	Modernização da infraestrutura tecnológica e aprimoramento da Segurança da Informação	Divulgação da atividade no sítio eletrônico do Projeto
ANM	Modernização do estoque regulatório – ANM	- Divulgação da atividade e de seus produtos no sítio eletrônico do Projeto - Consulta com partes interessadas (especialistas e entidades atuantes no setor)
ANP	Metodologia de análise de resultado regulatório	Divulgação da atividade e de seus produtos no sítio eletrônico do Projeto
ANP	Modernização de informações sobre a comercialização varejista de combustíveis automotivos e de GLP	Divulgação da atividade e de seus produtos no sítio eletrônico do Projeto
ANP	Modernização do estoque regulatório – ANP	- Divulgação da atividade e de seus produtos no sítio eletrônico do Projeto - Consulta com partes interessadas (especialistas e entidades atuantes no setor)
CCEE	Modernização dos sistemas de contabilização e liquidação do setor elétrico Brasileiro - Módulos on-line do sistema	Divulgação da atividade e de seus produtos no sítio eletrônico do Projeto
CCEE	Modernização dos sistemas de contabilização e liquidação do setor elétrico Brasileiro - Motor de Cálculo do Sistema	Divulgação da atividade e de seus produtos no sítio eletrônico do Projeto

Coexecutor	Subprojeto/Atividade	Ações Requeridas para Engajamento com as Partes Interessadas
CCEE	Modernização dos sistemas de contabilização e liquidação do setor elétrico Brasileiro - Arquitetura de Referência	Divulgação da atividade e de seus produtos no sítio eletrônico do Projeto
CPRM	Ampliação da base laboratorial do Serviço Geológico do Brasil	Divulgação da atividade no sítio eletrônico do Projeto
ONS	Metodologia para avaliação dos custos da operação do SIN com análise dos impactos em tempo real e pós operação	Divulgação da atividade e de seus produtos no sítio eletrônico do Projeto
ONS	Estudo para a identificação de causalidade das mudanças climáticas na operação do SIN	Divulgação da atividade e de seus produtos no sítio eletrônico do Projeto
SGM/MME	Observatório Nacional de Mineração - banco de dados do setor mineral	Divulgação da atividade no sítio eletrônico do Projeto
SGM/MME	Subsídios à estruturação do “Observatório da Mineração” e da área economia mineral	Divulgação da atividade no sítio eletrônico do Projeto
SPOA/MME	Capacitação de instituições para solução de problemas de negócio (MME, ANEEL, CCEE, EPE e ONS)	Divulgação da atividade no sítio eletrônico do Projeto
ANP	Mecanismos de promoção da competitividade no Mercado de Gás Natural no Brasil	Divulgação da atividade e de seus produtos no sítio eletrônico do Projeto

Eixo de atividades relacionadas a estudos conceituais e trabalhos analíticos que podem vir a influenciar posteriormente a revisão de políticas, planos, programas e o marco regulatório dos setores de energia e mineração:

Coexecutor	Subprojeto/Atividade	Ações Requeridas para Engajamento com as Partes Interessadas
ANP	Mecanismos de promoção da competitividade no Mercado de Gás Natural no Brasil	- Divulgação da atividade e de seus produtos no sítio eletrônico do Projeto - Consulta com partes interessadas atuantes e especialistas no setor sobre as recomendações do trabalho analítico

Coexecutor	Subprojeto/Atividade	Ações Requeridas para Engajamento com as Partes Interessadas
CCEE	Estudo sobre a formação de preço	• Divulgação da atividade e de seus produtos no sítio eletrônico do Projeto • Consulta com partes interessada atuantes e especialistas no setor sobre as recomendações do estudo conceitual
EPE	Avaliação de estocagem subterrânea de gás natural no Brasil	• Divulgação da atividade e de seus produtos no sítio eletrônico do Projeto • Consulta com partes interessadas (especialistas, entidades atuantes no setor, sociedade civil) sobre as recomendações da avaliação caso venham a influenciar programas, planos e políticas no setor
EPE	Aperfeiçoamentos da metodologia do cálculo de sinal locacional de transmissão	• Divulgação da atividade e de seus produtos no sítio eletrônico do Projeto • Consulta com partes interessadas atuantes no setor sobre as recomendações da avaliação caso venham a influenciar programas, planos e políticas no setor
EPE	Estudo de desenho de mercado e “sistemática” de leilão	• Divulgação da atividade e de seus produtos no sítio eletrônico do Projeto • Consulta com partes interessadas (especialistas e entidades atuantes no setor) sobre as recomendações do estudo caso venham a influenciar programas, planos e políticas no setor • Realização de workshops para discussão dos produtos e subprodutos como as partes interessadas
EPE	Avaliação da frota de veículos Leves nos domicílios brasileiros	• Divulgação da atividade e de seus produtos no sítio eletrônico do Projeto
EPE	Estudos de planejamento da infraestrutura do abastecimento de combustíveis	• Divulgação da atividade e de seus produtos no sítio eletrônico do Projeto • Consulta partes interessadas (especialistas e entidades atuantes no setor) sobre as recomendações da avaliação caso venham a influenciar programas, planos e políticas no setor

Coexecutor	Subprojeto/Atividade	Ações Requeridas para Engajamento com as Partes Interessadas
EPE	Estudo sobre consumo de lenha e carvão vegetal no setor residencial	• Divulgação da atividade e de seus produtos no sítio eletrônico do Projeto
ONS	Estudo de variáveis influentes e desenvolvimento de modelo de previsão de fonte solar	• Divulgação da atividade e de seus produtos no sítio eletrônico do Projeto
SEE/MME	Avaliação da inserção de veículos elétricos na Matriz de Energia Elétrica Nacional	• Divulgação da atividade e de seus produtos no sítio eletrônico do Projeto
SEE/MME	Política pública para a geração distribuída	• Divulgação da atividade e de seus produtos no sítio eletrônico do Projeto • Consulta partes interessadas (especialistas e entidades atuantes no setor) sobre as recomendações da avaliação caso venham a influenciar programas, planos e políticas no setor
SGM/MME	Estudo da inserção tecnológica para aprimoramento produtivo das pequenas e médias empresas de mineração	• Divulgação da atividade e de seus produtos no sítio eletrônico do Projeto • Consulta partes interessadas (especialistas e entidades atuantes no setor) sobre as recomendações da avaliação caso venham a influenciar programas, planos e políticas no setor
SGM/MME	Consultoria para preparar a municipalidade para a diversificação da matriz econômica - atividade extrativa-mineral	• Divulgação da atividade e de seus produtos no sítio eletrônico do Projeto • Adoção de metodologia participativa de diagnóstico • Consulta partes interessadas (especialistas, entidades atuantes no setor, entidades representativas dos municípios, sociedade civil) sobre as recomendações da avaliação caso venham a influenciar programas, planos e políticas no setor
SGM/MME	Estudo para identificar cadeia produtiva mineral com maiores oportunidades para aproveitamento de resíduos da mineração	• Divulgação da atividade e de seus produtos no sítio eletrônico do Projeto • Consulta partes interessadas (especialistas, entidades atuantes no setor, sociedade civil) sobre as recomendações da avaliação caso

Coexecutor	Subprojeto/Atividade	Ações Requeridas para Engajamento com as Partes Interessadas
		venham a influenciar programas, planos e políticas no setor
SGM/MME	Reaproveitamento de resíduos de equipamentos eletroeletrônicos	• Divulgação da atividade e de seus produtos no sítio eletrônico do Projeto • Consulta partes interessadas (especialistas, entidades atuantes no setor, entidades representativas de catadores de materiais recicláveis, sociedade civil) sobre as recomendações da avaliação caso venham a influenciar programas, planos e políticas no setor
SGM/MME	Revisão do Plano Nacional de Mineração - PNM 2050	• Divulgação da atividade e de seus produtos no sítio eletrônico do Projeto • Adoção de metodologia participativa para realização da revisão do PNM 2050 (incorporando as lições aprendidas durante o processo de elaboração do PNM 2030) • Consulta partes interessadas (especialistas, entidades atuantes no setor, povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades tradicionais, entidades da sociedade civil) sobre os produtos da consultoria
SPE/MME	Estudo sobre mudanças climáticas e mapeamento das ameaças ao SIN	• Divulgação da atividade e de seus produtos no sítio eletrônico do Projeto • Consulta a partes interessadas (especialistas e entidades atuantes no setor) sobre as recomendações do estudo
SPE/MME	Atributos das fontes de geração de energia no ambiente de contratação regulado	• Divulgação da atividade e de seus produtos no sítio eletrônico do Projeto • Consulta partes interessadas (especialistas, entidades atuantes no setor, povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades tradicionais, entidades da sociedade civil) sobre s produtos da consultoria
SPE/MME	Procedimentos para a elaboração do Balanço de Energia Útil	• Divulgação da atividade e de seus produtos no sítio eletrônico do Projeto

Coexecutor	Subprojeto/Atividade	Ações Requeridas para Engajamento com as Partes Interessadas
		Consulta pública sobre as recomendações da avaliação caso venham a influenciar programas, planos e políticas no setor

Os Termos de Referência para a contratação de todas as atividades incluirão diretrizes sobre os procedimentos a serem adotados de forma a atender – de forma proporcional – às necessidades de consulta e envolvimento com as partes interessadas. Todos os Termos de Referência serão submetidos ao Banco para não-objeção.

B. Consulta às Partes Interessadas sobre os Instrumentos de Gestão de Riscos Ambientais e Sociais do Projeto Meta II

Durante a fase de preparação do Projeto Meta II, os seguintes instrumentos de gestão de riscos e impactos ambientais e sociais foram elaborados de acordo com os requisitos das Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial:

- Estudo de Caracterização e Avaliação de Impactos Sociais e Ambientais (“Scoping Paper”)Procedimentos de Gestão Laboral
- Plano de Envolvimento das Partes Interessadas

Esses documentos serão disponibilizados ao público e serão consultados através do sítio eletrônico do Ministério de Minas e Energia, <http://www.mme.gov.br/web/guest/consultas-publicas>.

Os instrumentos de gestão de riscos e impactos ambientais e sociais permanecerão disponíveis ao público, durante todo o ciclo de vida do projeto, através do sítio eletrônico do Ministério de Minas e Energia.

Figura 10 – Ferramenta de Consulta Pública no sítio eletrônico do Ministério de Minas e Energia.



O MME, a partir do dia 16 de dezembro de 2019, atualizou o formato do sítio eletrônico, e agora o link para acessar as informações disponíveis das Consultas Públicas, passou a ser <http://www.mme.gov.br/web/guest/servicos/consultas-publicas>, conforme Figura 11, a seguir:

Figura 11 – Nova Ferramenta de Consulta Pública no sítio eletrônico do MME.

Conforme feito em consultas anteriores, todos os documentos serão disponibilizados, todas as contribuições recebidas serão registradas e disponibilizadas ao público, todas serão analisadas e incorporadas aos documentos sob consulta conforme sejam pertinentes. Todas as contribuições recebidas serão consolidadas num documento que também será disponibilizado eletronicamente ao público no sítio do Ministério das Minas e Energia.

4.3. Fases seguintes do projeto

Toda a documentação referente ao Projeto Meta fase II, ficará disponível para consulta ao longo do desenvolvimento do projeto, inclusive com relatórios sobre o desempenho ambiental e social do projeto e a implementação do plano de envolvimento das partes interessadas e do mecanismo de queixas.

Os projetos devem prestar contas às partes interessadas pelo menos uma vez por ano, mas normalmente o farão com maior frequência durante períodos especialmente ativos, quando o público pode sofrer mais impactos ou na transição de uma fase para outra (por exemplo, relatórios trimestrais durante a construção e, em seguida, relatórios anuais durante a implementação).

5. Recursos e responsabilidades na implementação das atividades de envolvimento das partes interessadas

5.1. Recursos

À Unidade de Gestão do Projeto Central - UGP/C compete coordenar, planejar e supervisionar a execução das atividades relativas ao Projeto Meta e assessorar o(a) Secretário(a)-Executivo(a) em assuntos de natureza técnico-administrativa relativos ao Projeto. Esta desempenha, ainda, as funções de Secretaria Executiva do CGP e exerce as articulações entre as Unidades de Gestão do Projeto Setoriais (UGP/S) e a instituição financiadora do Projeto (Banco Mundial). Além de acompanhar a execução das ações transversais, tem a finalidade de harmonizar, articular, integrar e otimizar a operacionalização das ações do Projeto, executadas pelos órgãos e entidades vinculadas, por meio de suas UGP/S. As atividades relacionadas com a execução física e financeira, previstas para as secretarias finalísticas e demais áreas do MME, serão realizadas de forma centralizada, por meio da UGP/C, criada no âmbito da Assessoria Especial de Gestão de Projetos – AEGP/SE/MME.

Caberá a Unidade de Gestão do Projeto Central - UGP/C, exerce as articulações necessárias junto as UGP/S e Secretarias Finalísticas para assegurar a execução do Plano de Engajamento das Partes Interessadas. Acompanhar, supervisionar e auxiliar os Coexecutores Externos e Internos nas Ações Requeridas para Engajamento com as Partes Interessadas.

5.2. Funções e responsabilidades da direção

Os Servidores da (UGP/C) ficarão encarregados de gerir e implementar o plano de envolvimento das partes interessadas e divulgação de informações, porém as instituições vinculadas ao MME, também poderão ajudar na divulgação dos documentos para as partes interessadas.

No âmbito dos coexecutores externos, as UGP/S se encarregarão de realizar os procedimentos estabelecidos para as consultas às partes interessadas e divulgação das informações.

No item 6, Mecanismo de queixas, a seguir, são descritas as formas de participação e registro de sugestões, reclamações, e acessos às informações das instituições.

6. Mecanismo de queixas

A gestão do Projeto META II é de responsabilidade da Unidade de Gestão de Projetos – UGP/Central, instituída no âmbito da Secretaria Executiva do MME, as pessoas afetadas e as partes interessadas pelo projeto podem apresentar suas sugestões, queixas e preocupações à gerência do projeto inicialmente na consulta pública, porém, ao longo da implementação do Projeto, poderão entrar em contato com a (UGP/C), via E-mail: ugpmeta@mme.gov.br, ou por telefone: (061) 2032-5027.

Os coexecutores externos, também contam com estruturas próprias e mecanismos para a gestão e tratamento de queixas.

A ANEEL dispõe de atendimento on-line, com assistente virtual e chat humano complementar, bem como um aplicativo para dispositivos móveis, além de permitir o acesso à ouvidoria setorial. O site da internet permite a consulta às regras, direitos e deveres, e disponibiliza cartilhas e vídeos educativos, ademais da Carta de Serviços ao Cidadão, conforme prevista no Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, <https://www.aneel.gov.br/para-o-cidadao>. Na Figura 12, a seguir, pode ser vista a relação dos serviços disponíveis ao cidadão.

Figura 12 – Carta de Serviços ao Cidadão - ANEEL



A ANM divulga no site <http://www.anm.gov.br/consultas-publicas-1> as Consultas Públicas e disponibiliza ao público uma Carta de Serviços ao Usuário, acessível no link <http://www.anm.gov.br/acesso-a-informacao/carta-de-servicos-ao-usuario>. No site da ANM, <http://www.anm.gov.br/assuntos/ao-publico>, é possível informar-se acerca de diversos assuntos, como registrado na

Figura 13.

Figura 13 – Informações disponíveis ao público no site da ANM



A ANP também coloca à disposição da sociedade sua Carta de Serviços ao Cidadão, instrumento de transparência e comprometimento da gestão pública com a qualidade dos serviços prestados pela Agência aos seus diversos públicos.

A Carta de Serviços se soma a outros mecanismos de atendimento e comunicação que a ANP mantém com a sociedade e com o mercado, como o Centro de Relações com o Consumidor que, desde junho de 2000, orienta agentes econômicos e recebe sugestões e denúncias.

A CCEE mantém dois canais de denúncias com o objetivo de manter uma conduta íntegra e coerente tanto entre seus colaboradores quanto entre as empresas atuantes no setor elétrico.

A Central de Monitoramento é um espaço formal de diálogo entre a CCEE e os agentes para recebimento e tratamento de informações a respeito de práticas indesejáveis e/ou em desacordo com normas e legislação

vigentes e que possam colocar em risco o mercado de energia elétrica. Todas as informações prestadas são confidenciais e tratadas com absoluto sigilo por uma empresa especializada e independente.

O OICCEE é um canal exclusivo para uma comunicação interna segura e anônima, de condutas consideradas antiéticas ou que violem o Manual de Conduta, Políticas e Normas vigentes da CCEE. Tem como objetivo facilitar o envio de sugestões de melhorias, reclamações e denúncias de colaboradores, estagiários, menores aprendizes e terceiros contratados.

O site <https://www.canalintegro.com.br/ccee> hospeda os dois canais de denúncia apresentados acima.

Central de Atendimento da CCEE para dúvidas, comentários, sugestões ou críticas.

Telefones: 0800 10 00 08 ou 0800 72 15 445

E-mail: atendimento@ccee.org.br

Funcionamento: de segunda a sexta-feira das 8h às 20h

Caso ocorra algum problema após a abertura de chamado na Central de Atendimento, o cliente poderá entrar em contato diretamente com o gestor de relacionamento, por meio do telefone (11) 3175-6220, de segunda a sexta-feira das 8h30 às 18h. O gestor de relacionamento será responsável por solucionar essa demanda.

A Ouvidoria é o canal de comunicação que tem a função de acolher e processar reclamações, denúncias, sugestões e críticas. No âmbito interno, é a garantia de que os colaboradores da CPRM serão escutados pelo corpo gerencial da empresa. Serve como ferramenta de gestão para a própria CPRM, que pode ver nas denúncias, reclamações e sugestões que aqui chegam informações valiosas, com potencial estratégico para contribuir com a melhoria dos processos internos da Companhia.

É um importante instrumento de controle social dentro da estrutura da organizacional e uma valiosa ferramenta de gestão. Possui autonomia de ação, sendo vinculada administrativamente ao Conselho de Administração da CPRM e, tecnicamente, à Ouvidoria-Geral da União.

Formas de contato:

Por e-mail: etica@cprm.gov.br

Por correspondência: À Comissão de Ética da CPRM

Superintendência de Salvador (Protocolo)

Avenida Ulysses Guimarães, 2862 – Sussuarana

CEP: 41213-000 / Salvador-BA

Qualquer fato ou documento físico que se queira levar ao conhecimento da Comissão de Ética ou que faça parte de processos em andamento deve ser encaminhado à Secretaria Executiva da CE/CPRM (Superintendência Regional de Salvador - SUREG-SA), com entrada no Sistema de Tramitação de Documentos - SITDOC para “ETICA” (sem acentuação), através do Protocolo de cada Unidade Regional, em envelope “RESERVADO” ou pelo e-mail corporativo etica@cprm.gov.br.

Os referidos procedimentos objetivam evitar o encaminhamento de denúncias, representações ou quaisquer outras demandas à conta de correio eletrônico dos membros efetivos e da secretária deste colegiado, bem como dar continuidade ao cumprimento das orientações apresentadas pela CEP, referentes aos mecanismos de proteção aos denunciados, denunciantes, integrantes da Comissão de Ética e demais envolvidos.

A Comissão de Ética da EPE atua de forma preventiva, pautando suas atividades no sentido promover a vivência ética no ambiente de trabalho da EPE, contribuindo, desta forma, para a qualidade profissional da esfera pública, pautada pela probidade e boa-fé.

O Código de Ética da EPE estabelece e adequa o conjunto de deveres a serem respaldados pelos profissionais que integram a empresa, de modo a favorecer a criação de uma unidade empresarial baseada em valores éticos e morais.

Para denúncias, reclamações, sugestões, elogios e solicitações à Comissão de Ética da EPE, utilize o e-OUV, sistema de ouvidorias do Poder Executivo Federal: <https://sistema.ouvidorias.gov.br>.

Figura 14 – Ouvidoria-Geral MME



Em resumo, para realizar reclamações, sugestões ou propostas, as partes interessadas podem acessar aos diferentes mecanismos de queixa, conforme Figura 15.

Figura 15 – Mecanismos de Queixa

Instituição	Mecanismo de Queixa	Contato
MME/AEGP	Ouvidoria Geral do Ministério de Minas e Energia	http://www.mme.gov.br/web/guest/institucional/ouvidoria
MME/SEE		
MME/SPE		

Instituição	Mecanismo de Queixa	Contato
MME/SGM		
MME/SPOA		
MME/AEGE		
ANP	Fale Conosco - ANP	http://www.anp.gov.br/fale-conosco
ANM	Ouvidoria da Agência Nacional de Mineração	http://www.anm.gov.br/dnpm/paginas/ouvidoria
ANEEL	Ouvidoria da ANEEL	https://www.aneel.gov.br/registrar-solicitacao
CPRM	Ouvidoria da CPRM	https://www.cprm.gov.br/publique/Fale-Conosco/Ouvidoria-10
CCEE	Fale Conosco - CCEE	https://www.ccee.org.br/portal/faces/aceso_rapido_header_publico_nao_logado/fale_conosco?
EPE	Participação Social da EPE	http://epe.gov.br/pt/a-epe/aceso-a-informacao/participacao-social/ouvidoria
ONS	Fale Conosco - ONS	http://www.ons.org.br/topo/fale-conosco

7. Monitoramento e preparação de relatórios

Os resultados das atividades de envolvimento das partes interessadas e divulgação das informações serão informados às partes interessadas afetadas e aos grupos de partes interessadas mais amplos.

Ao longo do período de execução do Projeto Meta, Fase II, serão preparados Relatórios de Progresso, que deverão contemplar o registro e o balanço das consultas às partes interessadas realizadas pelos coexecutores internos e externos.

Esses relatórios registrarão também o processo de monitoramento dos canais de registro e resposta a reclamações, usando como indicadores: o número de reclamações recebidas, o número de reclamações respondidas, o tempo médio de resposta e o número de reclamações que não puderam ser resolvidas no escopo do Projeto.

A preparação desses relatórios é responsabilidade da Unidade Gestora do Projeto – Central, que está instalada na Assessoria Especial de Gestão de Projetos da Secretaria Executiva do MME.

Composição da UGP – Central

Coordenador-Geral: Denis de Moura Soares

E-mail: denis.soares@mme.gov.br

Fone: 2032-5027

Coordenador-Geral Substituto: Weibson Gustavo de Souza Gomes

E-mail: weibson.gomes@mme.gov.br

Fone: 2032-5745

Coordenador de Planejamento e Controle: Gustavo Santos Masili

E-mail: gustavo.masili@mme.gov.br

Fone: 2032-5017

Coordenador Administrativo: Rodrigo de Carvalho Matos

E-mail: rodrigo.matos@mme.gov.br

Fone: 2032-5803

Coordenador Financeiro: Gustavo Santos Masili

E-mail: gustavo.masili@mme.gov.br

Fone: 2032-5017

Coordenador Técnico: Weibson Gustavo de Souza Gomes

E-mail: weibson.gomes@mme.gov.br

Fone: 2032-5745

Coordenador de Relações Internacionais e Corporativas: Luciano da Silva Teixeira

E-mail: luciano.teixeira@mme.gov.br

Fone: 2032-5454

Presidente da Comissão Permanente de Licitação: Antônio Carlos Acioly Filho

E-mail: antonio.acioly@mme.gov.br

Fone: 2032-5342